

Moreira Mariz



À Mesa, Serys, Sarney, Maciel e Azeredo: Plenário, que ficou reunido até as 22h30, ainda terá de examinar 14 destaques para votação em separado na sessão de hoje

Moreira Mariz



Plenário aprova texto básico da reforma eleitoral

O senadores retomam hoje, às 9h, a votação da proposta de reforma eleitoral, que volta à Câmara dos Deputados. Devem ser examinadas emendas à proposta principal, aprovada na sessão que se prolongou até 22h30. Há questões polêmicas a serem resolvidas, como a substituição de governantes que têm mandatos cassados pela Justiça Eleitoral por abuso de poder político ou econômico. **3**

Município em calamidade pode ter mais prazo

A Comissão de Justiça do Senado aprovou ontem projeto que concede a municípios em calamidade pública adiamento, por 90 dias, do pagamento de parcelas de suas dívidas com a União. **7**

José Cruz



Presidida por Demostenes, CCJ aprovou proibição de cassetete de madeira

General afirma que país não entra em onda armamentista

O que se busca é uma expressão de poder militar compatível com a expressão estratégica do país, afirmou o general Augusto Heleno na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado. **6**



J. Freitas

Defensoria Pública mais próxima da sociedade

Proposta acolhida ontem pela Comissão de Justiça altera a Lei Orgânica da Defensoria Pública e amplia as funções do órgão. **7**

Hotel deve reservar metade a não fumantes

A Comissão de Justiça rejeitou alteração em projeto do Senado e ampliou espaço para não fumantes em hotéis e similares. **7**

Os desafios da Amazônia: desenvolver e preservar

A comemoração do Dia da Amazônia foi marcado ontem por apelos em favor da preservação e do desenvolvimento sustentável. **8**

Especialistas reconhecem necessidade de melhorar rendimento dos cotistas do Fundo de Garantia, mas alguns dos debatedores em audiência pública no Senado temem pulverização dos recursos

Proposta que amplia remuneração de contas do FGTS divide opiniões

A NECESSIDADE DE melhorar a remuneração dos cotistas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e os riscos de pulverização dos recursos do fundo com a divisão de rendimentos foram as principais preocupações dos especialistas que participaram ontem de audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE).

O foco do debate foi projeto (PLS 301/08) do senador César Borges (PR-BA) que dá maior rentabilidade às contas vinculadas ao FGTS. A ideia é ratear, de forma proporcional entre os cotistas, 50% do lucro líquido do fundo. Os recursos ficariam depositados na conta vinculada até o cotista poder sacá-lo.

Para o secretário-executivo do conselho curador do FGTS, Paulo Eduardo Cabral Furtado, o projeto de César Borges, caso seja transformado em lei, irá pulverizar os recursos do fundo, prejudicando a maioria dos cotistas.

O superintendente nacional do FGTS, Joaquim Lima de Oliveira, admite que as contas vinculadas possuem a menor remuneração do mercado, mas alertou



Mario Avelino (E), Paulo Eduardo Cabral, Paulo Paim, Joaquim Lima de Oliveira e Miguel Salaberry

que os recursos do fundo são usados em objetivos sociais.

No entender do presidente da ONG Instituto FGTS Fácil, Mario Avelino, é necessário remunerar de forma mais adequada os cotistas do fundo. Para ele, o projeto de César Borges faz justiça aos trabalhadores.

Miguel Salaberry, da União Geral dos Trabalhadores (UGT), apesar de apoiar

o projeto, defendeu a preservação do FGTS, alertando que a pulverização dos recursos, a exemplo de projetos que autorizam saques no fundo, pode prejudicar o patrimônio do trabalhador.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a reunião, lembrou que o FGTS representa uma poupança do trabalhador e que, por isso, os cotistas do fundo devem ser mais bem remunerados.



Paulo César Pereira, Flávio Arns, Luiz Augusto Caldas Pereira e Tânia Maria

Fátima, Arruda e Cavalcanti elogiam expansão da rede

Em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), senadores elogiaram a política de expansão do ensino profissionalizante no país. Para Fátima Cleide (PT-RO), uma das proponentes do debate, a sociedade "abraçou e reconheceu" o acerto da política adotada pelo atual governo.

Inácio Arruda (PCdoB-CE), que também subscreveu a proposta, assim como Paulo Paim (PT-RS), disse que o governo "enxergou" as necessidades de desenvolvimento do país ao fortalecer o ensino profissionalizante. Segundo ele, nenhum avanço ocorrerá sem a qualificação da população. Na sua avaliação, só falta melhorar a renda dos professores.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) também falou de seu entusiasmo pelo ensino profissionalizante. O senador disse que foi recentemente levado ao Ministério da Educação o pleito de um Ifet para Piancó, em seu estado, para atender os 20 municípios do vale de mesmo nome.

A CE também aprovou requerimento de Flávio Arns (PT-PR), presidente do colegiado, para a realização de sessão especial em comemoração aos 100 anos de criação da rede federal de ensino profissionalizante no país. A proposta será agora submetida ao Plenário.

Expositores apontam mudança no ensino profissionalizante

O ensino profissionalizante está ganhando nova configuração no país com a criação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia (Ifets). Foi o que afirmaram ontem expositores em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para debater a implantação dessas novas unidades de ensino. Nesse novo formato, além dos técnicos de nível médio e tecnólogos com formação superior, esses institutos vão também formar e capacitar professores e mão de obra de nível básico.

Conforme Luiz Augusto Caldas Pereira, representante do Ministério da Educação no debate, a previsão é de que a rede de Ifets alcance 354 unidades dentro de mais cinco anos. Nesse balanço, estão 214 institutos com implantação decidida no atual governo, dos quais 70 já estariam prontos e cem com inauguração prevista para esse ano. A conta é fechada com os 140 centros federais de educação tecnológica (Cefets) que já existiam em 2002, agora transformados em Ifets e começando a operar com base no novo modelo.

– Os institutos vão formar desde pedreiros qualificados a engenheiros, mas também doutores – explicou.

O presidente do Conselho de Reitores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Paulo César Pereira, disse que "um aluno dos Ifets custa vinte vezes menos do que um reeducando na Febem. E a gente sabe do retorno que esse aluno que passa pelos institutos federais traz para a sociedade e ao país, não somente como força de trabalho para as empresas, mas como um potencial empreendedor de uma pequena ou mesmo uma grande empresa".

A diretora do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), Tânia Maria Barbosa Guerra, disse concordar que a expansão da rede é um marco histórico. Segundo ela, a preocupação dos servidores é com a qualidade desse crescimento da rede, que deverá ofertar 500 mil matrículas em 2014.

Demostenes lamenta crise no ensino superior do país



Demostenes reconhece acerto dos programas de avaliação

Ao comentar os resultados do Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC) e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes 2008 (Enade), Demostenes Torres (DEM-GO) apontou ontem a existência de uma crise no sistema superior de ensino no Brasil.

O senador elogiou os programas de avaliação e supervisão dos sistemas de ensino e lamentou que, de acordo com ambos os indicadores – IGC e Enade –, os estudantes brasileiros tenham sido "lamentavelmente reprovados". Ele responsabilizou a proliferação de instituições de ensino superior pelos

resultados obtidos.

– Foi exatamente a falta de critério de aferição e controle do desenvolvimento da educação superior no passado que permitiu a proliferação irresponsável de instituições sem a menor capacidade de ensino, pesquisa e extensão, em flagrante rompimento com o que prescreve a própria Constituição de 1988.

Ao lembrar que 36,4% dos 1.613 centros universitários, faculdades e universidades foram reprovados pelo Ministério da Educação, Demostenes criticou o despreparo dos professores e a falta de laboratórios e bibliotecas.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Senado examina reforma eleitoral

Os senadores retomam, às 9h, o exame da proposta de reforma eleitoral: devem ser analisados destaques para votação em separado que podem alterar o texto principal. Para as 10h está prevista sessão especial em homenagem aos 60 anos da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Associação de magistrados

O presidente do Senado, José Sarney, participa, às 10h, de sessão especial em comemoração dos 60 anos de criação da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Audiência sobre o pré-sal

Audiência pública conjunta sobre o marco regulatório do pré-sal será realizada, às 8h30, pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI). O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, foi convidado para falar sobre o tema.

Licença para mães adotantes

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne para analisar, entre os 74 itens da pauta, projeto que cria a Secretaria de Apoio a Brasileiros no Exterior e a proposta que aprovou a licença-maternidade das servidoras mães adotantes ou que tenham obtido guarda judicial de crianças e a licença-paternidade dos trabalhadores celetistas. Outra proposição em pauta regulamenta a participação de torcidas organizadas em estádios de futebol no país.

Embaixador para a Croácia

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) examina a indicação do diplomata Luiz Fernando Gouvêa de Athayde para exercer o cargo de embaixador junto à Croácia.

Mulheres Plurais

A exposição *Mulheres Plurais* será aberta ao público amanhã, a partir das 14h, no Salão Branco do Congresso. Serys Silhessarenko (PT-MT) e Alice Portugal (PCdoB-BA), coordenadoras das bancadas femininas do Senado e da Câmara dos Deputados, respectivamente, estão promovendo o evento. A exposição poderá ser visitada até 20 de setembro.

Política energética

Debate sobre a Previdência Social e o pré-sal, tendo como foco a regulamentação para a política energética, será realizado, às 10h, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Participam da audiência os presidentes da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Warley Martins; da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Jorge Cezar Costa; da Nova Central Sindical de Trabalhadores, José Calixto Ramos; e o coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto.

Projetos do pré-sal devem perder urgência

O presidente da Câmara, Michel Temer, informou ontem que o presidente Lula vai retirar o regime de urgência constitucional dos quatro projetos (PLs 5.938/09, 5.939/09, 5.940/09 e 5.941/09) que regulamentam a exploração do pré-sal. Com a retirada da urgência, acaba a obstrução da oposição na Câmara e permite-se o andamento da tramitação dos projetos do pré-sal.

O prazo-limite de 45 dias para a tramitação das propostas na Câmara levou a oposição a obstruir os trabalhos. O presidente Lula atendeu ao pedido de Michel Temer e foi estipulado um novo prazo de 60 dias, a partir de agora. A extensão do prazo foi possível, segundo Temer, devido a um acordo que ele vinha articulando desde terça-feira entre os governistas e a oposição.

O presidente da Câmara se comprometeu a colocar os projetos do pré-sal em votação no Plenário no dia 10 de novembro, mesmo que as comissões especiais ainda não tenham encerrado a análise das matérias. O novo prazo para apresentação de emendas aos quatro projetos do pré-sal é o dia 18 de setembro.

Diante das mudanças, o líder do PSOL, Ivan Valente (SP), defendeu em discurso feito no Plenário o direito de qualquer parlamentar apresentar emendas aos projetos, sem necessidade das 103 assinaturas exigidas pelo regime de urgência.

Outra ressalva ao acordo foi expressa pelo deputado Fernando Gabeira (PV-RJ). Ele disse que o novo prazo não satisfaz as pessoas que lutam pelo meio ambiente e sustentou que os projetos de lei precisam ser repensados para incluir a questão ambiental. "É possível que eu venha a pedir mais flexibilidade nesse prazo", adiantou Gabeira.

Líderes comemoram

O líder do Democratas, deputado Ronaldo Caiado (GO), considerou a ampliação do prazo para a apresentação de emendas uma oportunidade de discutir o tema com especialistas para melhorar os projetos que vieram do Executivo. Ele salientou ainda que o acordo resgata a autonomia da Câmara para montar sua própria agenda. O líder do PSDB, José Aníbal (SP), concorda: para ele, a atitude favorece a boa atuação parlamentar.

O líder do PMDB, deputado Henrique Eduardo Alves (RN), declarou orgulhar-se da solução encontrada. Ele lembrou que no início o presidente Lula não desejava a urgência constitucional e que foram os líderes da base que o convenceram a requerê-la. "Mas a obstrução da oposição nos levou a repensar", explicou.

Para o líder do governo, deputado Henrique Fontana (PT-RS), não houve recuo do governo, mas uma atitude de Lula em prol da "harmonia necessária entre Executivo e Legislativo".

(Agência Câmara)

Algumas propostas geram polêmica no Plenário, como as regras para substituição de governantes que perdem mandatos por abuso de poder econômico e político e debates na internet e em emissoras de rádio e televisão

Plenário vota texto básico da reforma eleitoral. Emendas ficam para hoje

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o texto básico da reforma eleitoral, com quatro emendas apresentadas pelos relatores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), e Marco Maciel (DEM-PE), da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A sessão foi suspensa às 22h30 para continuar na manhã de hoje. Havia 14 destaques para votação em separado de emendas. Terminada a votação, a proposta será ainda reexaminada pelos deputados, devido às alterações feitas no Senado. Para valerem nas eleições do ano que vem, as modificações têm de estar publicadas no *Diário Oficial da União* até 2 de outubro.

A principal emenda dos relatores permite a livre manifestação do pensamento em *blogs* assinados por pessoas físicas, redes sociais, *sites* de interação e de mensagens instantâneas,



Maciel (E) e Azeredo, os relatores, discutem as novas regras no Plenário do Senado

entre outras formas de comunicação na internet. Nesses formatos, fica permitido fazer propaganda de candidato, partido político ou coligação, bem como dar tratamento privilegiado a qualquer um desses.

As empresas de comunicação na internet e os provedores com conteúdos próprios terão de atuar de maneira imparcial: não

poderão dar tratamento privilegiado a candidato, partido ou coligação a partir do dia 5 de julho do ano da eleição.

A emenda prevê multa de R\$ 5 mil a R\$ 30 mil para o responsável pela divulgação de propaganda que contrarie as normas estabelecidas. Também o beneficiário sujeita-se à multa.

A emenda enfatiza que os

provedores de internet e empresas de comunicação na rede poderão realizar debates entre os candidatos. Deverão, no entanto, cumprir as normas de debates no rádio e na televisão.

A quarta emenda gerou bastante polêmica em Plenário: estabelece que os debates no rádio, na televisão e na internet devem ter a participação de pelo menos dois terços dos candidatos, assegurada a participação dos candidatos de partidos com mais de 10 representantes na Câmara dos Deputados.

Foram apresentadas 20 emendas de Plenário, todas com parecer contrário de Azeredo e Maciel. Mas eles acabaram concordando com duas emendas de Mercadante: a que permite reajuste em pagamento de programas de assistência com previsão orçamentária; e a que permite a candidatos manifestarem-se por meio da internet – em páginas de campanha, *blogs* pessoais e *sites* de relacionamento.

Eleição indireta para substituir cassado gera polêmica

Gerou polêmica no Plenário uma emenda a projeto de lei apresentada por Tasso Jereissati (PSDB-CE) que propõe o fim da prática adotada pelo Judiciário de dar posse aos segundos colocados nas eleições em caso de cassação dos eleitos, caso estes sejam condenados por crimes eleitorais.

Jereissati sugeriu eleição indireta para eleger presidente, governador ou prefeito quando o eleito e o seu vice forem cassados pela Justiça Eleitoral após dois anos de mandato. José Sarney (PMDB-AP) argumentou que, por projeto de lei, os senadores estariam implantando a eleição indireta, a ser feita pelos Legislativos federal, estaduais e municipais. Para ele, o assunto deve ser tratado em uma emenda à Constituição.

Candidatos terão que provar idoneidade moral

Foi mantida no texto da reforma eleitoral aprovada ontem emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que exige idoneidade moral e reputação ilibada dos candidatos a cargos eletivos.

A emenda chegou a ser relacionada para votação nominal. Arthur Virgílio (PSDB-AM), Wellington Salgado (PMDB-MG) e Valter Pereira (PMDB-MS) consideraram subjetivos os critérios de reputação ilibada e idoneidade moral. No entanto, Demostenes Torres (DEM-GO) lembrou que a emenda já havia sido aprovada pelos relatores e não deveria, portanto, ser submetida a voto. Autor do destaque, Romero Jucá (PMDB-RR) o retirou e o texto foi mantido.

Também foi aprovada emenda de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que obriga os institutos de pesquisa eleitoral a utilizar os dados populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Crivella disse que objetivo da emenda é dificultar a manipulação de pesquisas.



Sarney afirma que solução só poderia ser adotada por emenda constitucional

da à Constituição.

Vários senadores afirmaram que esse mecanismo de eleição indireta já é previsto na Constituição para presidente da República e seu vice, em



Emenda de Jereissati visa acabar com vitórias de candidatos no "tapetão"

caso de cassação de mandato faltando menos de dois anos para seu término. Se a cassação ocorrer nos dois primeiros anos do mandato, a Constituição determina a realização de nova

eleição direta.

Demostenes Torres (DEM-GO) considerou insustentável manter a atual situação, por causa da omissão da lei, quando a Justiça Eleitoral decide cada caso de cassação de governador ou prefeito, muitas vezes chamando o segundo candidato mais votado. Alguns senadores ponderaram que não se deveria convocar eleição indireta. Demostenes argumentou que, em nenhum país do mundo convoca-se eleição direta para substituir mandatário cassado em final de governo.

A emenda acabou não sendo votada ontem à noite, ante a baixa presença de senadores. A sessão foi suspensa por acordo partidário e a discussão do projeto de mudança eleitoral será retomada hoje às 9h.

Políticas sociais e internet geram debate

Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu a aprovação de duas emendas de sua autoria. A primeira permite a implementação de políticas sociais no ano de eleição, desde que haja previsão orçamentária no ano anterior. A outra emenda permite a propaganda eleitoral até 48 horas antes do pleito, por meio da internet, em *sites* do candidato, do partido político ou da coligação.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu duas emendas de sua autoria e que foram rejeitadas no relatório conjunto de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Marco Maciel (DEM-PE). Uma das emendas obriga os partidos e coligações a informarem a fonte original dos recursos por eles repassados aos candidatos. A outra determina que sejam disponibilizados em *site* específico da internet, nos dias 6 e 30 de dezembro do ano da eleição, informações sobre os valores recebidos por candidatos, partidos e coligações a título de doação.

Emenda de Azeredo amplia uso livre da web

Relator do projeto que muda a Lei Eleitoral, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apresentou emenda de Plenário para garantir a liberdade de expressão na internet, permitindo aos internautas expressarem livremente opiniões sobre candidatos em *blogs* e em *sites* como Orkut e Twitter. O texto, que será ainda votado, ressalva, por outro lado, o direito de resposta aos candidatos se houver ofensa.

Já os *sites* de veículos jornalísticos não poderão apoiar ou favorecer candidatos específicos, sendo obrigados a seguir regras semelhantes às aplicadas a jornais impressos e emissoras de rádio e TV.

Aloizio Mercadante (PT-SP), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Renato Casagrande (PSB-ES) defenderam o uso da internet sem qualquer restrição. Vários senadores questionaram Azeredo acerca de limitações à participação, em debates na TV, de candidatos de partidos que tenham menos de dez representantes na Câmara dos Deputados.



Trabalhos foram impedidos em protesto contra descumprimento de acordo

Oposição, DEM à frente, obstrui votações na CMO

Os partidos de oposição, capitaneados pelo DEM, obstruíram ontem os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

De acordo com o líder do DEM, deputado Cláudio Cajado (BA), a decisão de impedir as votações foi devida ao descumprimento, por parte do governo, do acordo de reservar, no projeto de Orçamento da União

para 2010, recursos para ressarcir os estados exportadores pela concessão de isenções fiscais previstas na Lei Kandir.

Os opositoristas também protestaram contra o pedido de urgência do governo para que o Congresso Nacional deliberasse em regime de urgência sobre os projetos que definem o marco regulatório para a exploração

de petróleo na área de pré-sal. (Ontem, mais tarde, foi anunciada a retirada da urgência.)

Outro motivo de descontentamento por parte da oposição foi o fato de o presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli, ter se negado a dar explicações à CMO sobre denúncias de superfaturamento em obras da Refinaria Abreu e Lima.

Tião Viana critica fila para transplantes de órgãos

Senador insiste na necessidade de que os doentes mais graves tenham prioridade. Também lamenta "omissão do setor privado" e falta de doadores no país

AO AVALIAR O sistema de transplantes de órgãos do país, o senador Tião Viana (PT-AC) criticou ontem as listas de espera para cirurgia, "que não priorizam os pacientes com estado mais grave", e o setor privado, "que é omissivo na questão dos transplantes, realizando apenas 5% das operações desse tipo".

– As seguradoras e as empresas de planos de saúde movimentam cerca de R\$ 55 bilhões por ano, mas não se responsabilizam pelos transplantes – observou.

Sobre as filas de espera, o senador insistiu na necessidade de que os doentes mais graves tenham prioridade, "para diminuir o sofrimento das famílias que, hoje, sabem que a maioria



Tião Viana: grande maioria dos transplantes ocorreu em São Paulo

dos que estão na fila não têm chance de serem atendidos".

Tião Viana também criticou "a forte concentração" dessas cirurgias em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – mas principalmente

no primeiro. Ele informou que, dos cerca de 8,5 mil transplantes feitos no ano passado, mais de 6 mil ocorreram em São Paulo. Nesse contexto, o senador elogiou o programa, realizado pelo Ministério da Saúde em parceria com o Hospital Sírio Libanês de São Paulo, que visa treinar médicos para a realização de transplantes em outros estados.

Outro problema apontado por Tião Viana é a falta de doadores no país. Para ilustrar a situação, o senador comparou o Brasil com a Espanha. De acordo com ele, no primeiro, há oito doadores para cada um milhão de habitantes, enquanto no segundo existem 34 doadores para cada um milhão de habitantes.

Ideli divulga nota em resposta à Folha de S. Paulo

Ideli Salvatti (PT-SC) divulgou nota em resposta a matéria publicada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre curso de que participou no exterior. Conforme a senadora, o curso The Art of Business Coaching (A Arte da Liderança Corporativa) foi autorizado pela Presidência do Senado e os gastos a ele referente, aprovados pela Diretoria

de Controle Interno da Casa.

A senadora justificou sua participação no curso afirmando tratar-se de preparação de líderes em gestão de pessoas, em empresas públicas e privadas. Afirmou que, entre os participantes, havia servidores públicos de diversos países. Além disso, informou que a equipe que a acompanha "melhorou o desem-

penho" dos trabalhos relativos ao seu mandato parlamentar em decorrência dos conhecimentos adquiridos no curso.

Ideli também justificou a participação do servidor Paulo André Argenta, que, segundo ela, é coordenador da equipe. Ele foi autorizado a fazer o curso e estaria repassando os conhecimentos adquiridos aos colegas.

A íntegra da nota:

"Em resposta a reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, com data de 9/9/09, que tem como título 'Senado gastou R\$ 70 mil em curso de Ideli em 3 países', a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) tem a esclarecer:

– O curso "The Art of Business Coaching" foi devidamente autorizado pela Presidência do Senado Federal, tendo sido todo o processo referente aos gastos públicos devidamente auditado e aprovado pela Diretoria de Controle Interno da Casa. O convite para participar do curso foi aceito com base no inciso 2, "a", do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal.

– O referido curso prepara líderes para fazer a gestão de pessoas tanto em empresas públicas quanto em empresas privadas. Entre os participantes do curso, estão profissionais que trabalham em organizações sociais, órgãos públicos e empresas privadas da Argentina, Espanha, Chile, Colômbia, Equador, México, Venezuela. Razão pela qual as etapas de conhecimento foram ministradas em diferentes

países.

– A senadora considera que, com a participação no curso, houve melhora no desempenho de sua equipe em relação ao trabalho do mandato, totalmente voltado aos interesses de Santa Catarina e do Brasil.

– O curso "The Art of Business Coaching" tem participação suprapartidária. Um exemplo foi o treinamento recebido por diretores e gerentes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) durante a gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

– A designação do servidor Paulo André Argenta para participar do referido curso se deu de forma legal e também autorizada pela Presidência do Senado. Paulo André exerce uma função de coordenação dentro do mandato da senadora e, através dos conhecimentos adquiridos no curso, é um disseminador das informações apreendidas entre os seus colegas.

– Na etapa que correspondeu à cidade de Buenos Aires, na Argentina, por problemas de saúde, a senadora Ideli teve que retornar ao Brasil antes do

fim do conteúdo ministrado. Sua atitude imediata foi pedir a devolução aos cofres públicos da quantia despendida com a viagem.

– Quanto à informação que o senhor Luiz Sérgio Gomes da Silva, filiado ao Partido dos Trabalhadores, é o representante da empresa no Brasil, a senadora tem a destacar que se trata de informação verdadeira, mas pretende esclarecer que a sua participação no curso "The Art of Business Coaching" foi solicitada pela presidência da empresa Newfield Consulting, com sede na Flórida, nos Estados Unidos, através da pessoa de Adriana Monsalve. Dessa forma, o Senado Federal realizou o pagamento das inscrições do curso diretamente à empresa sediada na Flórida.

– Por fim, a senadora tem a esclarecer que os valores despendidos com sua capacitação e de seu funcionário são compatíveis aos valores de cursos semelhantes ministrados por outras empresas com atuação semelhante no mercado.

Assessoria de comunicação do gabinete da senadora Ideli Salvatti."

João Pedro defende status de refugiado político de Battisti

João Pedro (PT-AM) defendeu o status de refugiado político do italiano Cesare Battisti, concedido pelo ministro da Justiça, Tarso Genro.

Na terça-feira, o senador afirmou que o Supremo Tribunal Federal (STF) faria ontem "uma sessão histórica" ao julgar a solicitação de extradição feita pelo governo italiano. Um pedido de vista do ministro Marco Aurélio suspendeu o julgamento quando o placar estava 4 a 3 contra o refúgio político para Battisti.

– Espero que o Supremo confirme a decisão de Tarso Genro – declarou o parlamentar.

Ao lembrar que a legislação brasileira proíbe a extradição por crime político, João Pedro afirmou que "a Itália não está respeitando a decisão soberana do governo brasileiro". O senador também argumentou que o processo contra Cesare Battisti realizado na Itália "contém mentiras em seus autos".

Ele disse ainda que, "ao contrário do Brasil, que reconheceu



João Pedro diz esperar que o STF confirme decisão do ministro da Justiça

seu período de chumbo – a ditadura militar – com a Lei da Anistia, a direita italiana não reconheceu o seu período de chumbo".

Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Nery (PSOL-PA) apoiaram o discurso de João Pedro. Suplicy reiterou que a escritora francesa Fred Vargas teria identificado irregularidades em um dos processos contra Cesare Battisti, enquanto José Nery declarou que "existe uma intolerância em determinados setores da sociedade italiana".

Arns homenageia catadores que montaram biblioteca em Curitiba

Flávio Arns (sem partido-PR) prestou sua homenagem a um grupo de catadores de lixo da Vila das Torres, em Curitiba, que reuniu 2 mil livros jogados no lixo pelos moradores da cidade e inaugurou uma biblioteca na comunidade.

O senador leu artigo publicado no jornal *Gazeta do Povo* dizendo que 30% dos moradores da Vila das Torres vivem do lixo.

Já chamaram a atenção da população de Curitiba outras iniciativas da comunidade, como a criação de um clube de mães, do restaurante popular, do cinema do bairro e a implementação da Agenda 21. "Agora, a Vila das



Flávio Arns pede que iniciativa da comunidade sirva de inspiração

Torres monta sua biblioteca, e quem lê tem o que dizer", afirma o texto lido por Arns.

– Que essa iniciativa fique como inspiração para todos nós – disse o senador.

Assis Medeiros mostra lado rock and roll de Roberto Carlos

Quando criança, em João Pessoa, Assis Medeiros costumava ouvir as canções dos poucos discos que sua mãe possuía. Ela era fã de Roberto Carlos, de Ivãildo, o Sax de Ouro, e de Luiz Gonzaga. Ontem, o jornalista da TV Senado homenageou Dona Elza cantando algumas das canções de Roberto Carlos que ela gostava de escutar.

Assis foi o segundo servidor-artista do Senado a se apresentar no projeto Pratas da Casa, do

programa Senado Cultural. No Interlegis, cantou Roberto em formato que sua mãe não costumava ouvir. Para isso, juntou suas influências musicais – Beatles, Pink Floyd e Led Zeppelin – ao lado mais roqueiro do Rei.

O Pratas da Casa será retomado no dia 23 com Daniel Reis e a Banda Brasília 7 Zero. No dia seguinte, a apresentação será de Fernando Banhos. Os dois shows serão em homenagem a Roberto Carlos e a Raul Seixas.

Cavalcanti quer reforço nos repasses para estados



Roberto Cavalcanti

A União deveria aumentar os repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE), a exemplo do que fez com os municípios, sugeriu ontem o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB). Os efeitos da retração econômica nas receitas municipais, que justificaram medida provisória (MP 462/09) que destinou R\$ 1 bilhão para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), também tiveram impacto nos repasses do FPE, prejudicando vários estados, em especial o da Paraíba. Cavalcanti mencionou que a queda do FPE em julho foi de R\$ 49 milhões e, no acumulado dos sete primeiros meses de 2009, chegou a R\$ 230 milhões.

Wellington elogia seleção masculina de basquete



Wellington Salgado

Wellington Salgado (PMDB-MG), ex-jogador de basquete, apresentou ontem em Plenário requerimento de cumprimento à Seleção Brasileira Masculina de Basquete pelo título de bicampeã da Copa América, alcançado no último sábado, em San Juan, Porto Rico (EUA). A vitória garantiu à seleção vaga para disputar em 2010 o Mundial de Basquete, na Turquia.

O senador considerou a conquista do basquete masculino inédita, acrescentando que a campanha da seleção contou com nove vitórias em dez jogos.

– A proeza realizada não tem precedentes – declarou.

Sessão especial pelos 60 anos de fundação da AMB

O Senado realiza sessão especial hoje, às 11h, em comemoração dos 60 anos de criação da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Fundada no dia 10 de setembro de 1949, a entidade tem como objetivo defender garantias e direitos dos magistrados, fortalecer o Poder Judiciário e promover valores do Estado democrático de direito. A homenagem foi proposta pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

A AMB representa 13.726 juízes estaduais, federais, trabalhistas e militares, e congrega 36 associações regionais, sendo 27 de magistrados estaduais, sete de trabalhistas e duas de militares. Além do presidente, da diretoria e das coordenações, a AMB conta com 11 vice-presidentes em seu corpo diretivo. O juiz Mozart Valadares, de Pernambuco, é o atual presidente da entidade, eleito para o período de 2008 a 2010.

“Sua importância é incontestável no cenário nacional, pois a Associação dos Magistrados Brasileiros representa politicamente o setor e atua de forma decisiva para tornar o Judiciário um poder mais ético e transparente, objetivo almejado pela magistratura nacional”, afirma a senadora na justificação do requerimento para a homenagem.

América Latina

Em parceria com o Ministério da Justiça, a AMB vai promover, nos dias 13 e 14 de novembro, no Rio de Janeiro, um encontro para debater maneiras de assegurar o mínimo de tranquilidade e independência judicial na América Latina.

Também será tema do encontro a criação de um tratado internacional para estabelecer patamares mínimos de independência judicial interna e externa aos judiciários dos países ibero-americanos.

Virgílio: é preciso esclarecer a compra de caças franceses

“Não é comum ouvir um presidente ser contestado por subordinados”, diz senador, ao comentar declarações feitas por Lula e pelo Ministério da Defesa

AO COMENTAR A contradição entre o anúncio da compra de caças franceses, feito pelo presidente Lula, e a informação do Ministério da Defesa de que o processo de escolha dos aviões ainda não foi concluído, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), declarou ontem, em discurso, que “há um grande imbróglio a ser esclarecido”.

– O presidente se antecipou ao resultado da licitação e, dessa forma, desmoralizou o processo – disse o senador, acrescentando que, nesse caso, “ou a licitação não é séria ou presidente Lula não falou sério”.

Para Virgílio, a contradição entre Lula e o Ministério da Defesa representa “uma certa quebra de autoridade, pois não é



Jonas Pereira

Virgílio faz vários questionamentos sobre opção pelos aviões Rafale

comum ouvirmos um presidente da República ser contestado por seus subordinados”.

O senador apresentou outros questionamentos sobre a compra: se os aviões franceses realmente atendem aos interesses

da Aeronáutica; se é verdadeiro o boato de que esses caças estariam superados tecnologicamente; e se, com o preço a ser pago, não seria possível adquirir caças melhores.

– Isso merece a vinda [ao Congresso Nacional] do ministro da Defesa e do comandante da Aeronáutica, para que esmiucemos a questão tecnológica, a questão do preço e o mistério da licitação – defendeu.

Em aparte, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) informou que o ministro da Defesa, Nelson Jobim, deverá comparecer na próxima semana à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para prestar esclarecimentos sobre o assunto.

Governo e Congresso tiraram país da crise, avalia Renan

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), listou ontem em Plenário providências adotadas pelo governo federal e pelo Congresso que, na sua opinião, fizeram com que o Brasil enfrentasse a crise financeira internacional e saísse dela com uma economia mais forte.

– Fizemos nosso dever de casa ao longo dos anos, graças à responsabilidade, maturidade e seriedade de dois governos, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, e suas equipes econômicas – avaliou, citando a redução de juros; abertura de créditos especiais; redução do Imposto sobre Produtos Industrializados para automóveis e eletrodomésticos; provisão de crédito para setores que dependiam desse afluxo de capital para continuar com suas atividades;

investimento do Estado em obras e incremento do Bolsa Família.

Com essas medidas, disse Renan, o crédito circulou e a produção e o consumo interno foram mantidos e até fortalecidos.

A atuação do Congresso, afirmou, comprova o papel fundamental do Legislativo para a democracia e o desenvolvimento do país. Renan destacou a aprovação da PEC Paralela da Previdência, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei de Falências, da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas, da reforma do Judiciário, da sùmula vinculante e das parcerias público-privadas, entre outras.

Outras boas notícias, disse, foram o crescimento das taxas de emprego na indústria e a redução do número de pessoas na faixa da pobreza.

A partir daí, indicou o líder,



Jonas Pereira

Renan diz que Executivo e Legislativo cumpriram suas tarefas com êxito

outras tarefas essenciais para consolidar o crescimento do país são a aprovação rápida dos projetos do pré-sal e a desoneração tributária da cesta básica.

– Exemplo eloquente de que, no Brasil, a classe política é madura, responsável e saberá colocar os interesses do país acima das divergências e das aspirações político-partidárias. Estes são os novos tempos e eles não acolhem disputas extemporâneas e intrigas dispersivas – aconselhou.



Gerardo Magela

Osvaldo Sobrinho fala sobre sua trajetória e recebe boas-vindas

Osvaldo Sobrinho assume durante licença de Campos

Em seu primeiro pronunciamento após tomar posse como segundo suplente do senador Jayme Campos (DEM-MT) – que entrou de licença por um período de 120 dias –, Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) recebeu ontem as boas-vindas de líderes partidários, membros do PTB e demais senadores.

O recém-empossado falou de sua trajetória como pequeno agricultor e professor primário, antes de entrar para a vida pública. Ao narrar fatos marcantes de sua trajetória política – foi deputado constituinte, vice-governador de Mato Grosso e candidato a governador –, citou nomes da política mato-grossense que se tornaram referências no cenário nacional, como Filinto Müller.

– Sou filho de um homem sem terra, trabalhador rural, peão de roça, homem que teve 14 filhos, dos quais nove sobreviveram e que, no cabo da enxada, conseguiu dar oportunidade para que todos tivessem dignidade e oportunidade de seguir um caminho na sua vida. Fui desde engraxate, sapateiro, doceiro, faxineiro – contou.

Ao longo de seu pronunciamento, Sobrinho foi saudado por diversos senadores.

Osvaldo Sobrinho assumiu a vaga no Senado porque o primeiro suplente, Luiz Antônio Pagot, diretor-geral do Dnit, desistiu de ser empossado no lugar de Jayme Campos.



Raimundo Colombo critica contribuição para a saúde e rejeita novos impostos

Raimundo Colombo receita menos gastos e menos impostos

A solução para a área da saúde não é aumentar imposto, mas fazer mais economia e distribuir melhor o dinheiro arrecadado, disse ontem o senador Raimundo Colombo (DEM-SC). Ele considerou os gastos presidenciais excessivos com propaganda e funcionários e rejeitou novos impostos, condenando notícias

de que o governo federal quer aprovar a Contribuição Social para a Saúde (CSS) em substituição à antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

– Ninguém é contra a prioridade da saúde, mas, em paralelo a isso, o que nós estamos discutindo é se vamos comprar

submarino nuclear, aviões, helicópteros na soma de R\$ 31 bilhões, como se isso fosse uma prioridade absoluta – afirmou.

Uma “nova CPMF”, continuou, seria uma forma de o governo “premiar a incompetência, o mau uso do dinheiro público e o gasto perdulário”.

– É necessário distribuir me-

lhor os recursos, levá-los às prefeituras, que de fato estão perto das pessoas e têm a capacidade da solução, de melhorar a vida das pessoas. A administração pública federal perdeu seu sentido social, é muita burocracia, muito papel, diferente do município, que lida diretamente com a população.



Área do horto florestal da cidade paulista foi invadida pelo MST, informa Tuma

Romeu Tuma pede regularização de terreno em Limeira

Romeu Tuma (PTB-SP) fez um apelo ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, em favor de solução a impasse entre a prefeitura de Limeira (SP) e integrantes do MST, que invadiram terreno do atual horto florestal. Conforme Tuma, a área pertencia à extinta Rede Ferroviária Federal e, durante o processo de liquidação extrajudicial, a prefeitura teria adquirido parte do terreno. O governo, no entanto, nomeou o Ministério do Planejamento como órgão liquidante, o que teria dificultado uma solução para o caso.

– O prefeito propôs a troca de terreno, mas os invasores não querem. Propus o cadastramento dos invasores e eles também não aceitaram – disse Tuma.



Temporal atingiu 52 municípios e provocou 4 mortes, lembra senador

Neuto de Conto cobra do governo federal ajuda a SC

Neuto de Conto (PMDB-SC) cobrou, ontem, ajuda do governo federal para socorrer as vítimas da tempestade que atingiu Santa Catarina e Rio Grande do Sul na terça-feira. O senador disse considerar importante o apoio federal para minimizar os prejuízos e permitir que a população retome suas atividades produtivas. Ele informou que o temporal atingiu 52 municípios catarinenses, provocando quatro mortes e deixando 138 feridos.

Neuto de Conto afirmou ainda que a tempestade destruiu residências, escolas e hospitais e deixou algumas localidades sem energia elétrica.

Augusto Heleno diz que poder militar brasileiro, a ser construído com investimento em tecnologia, corresponde à crescente importância estratégica do país no mundo

General: Brasil não participa de corrida armamentista

DOIS DIAS DEPOIS do anúncio, pelo governo brasileiro, da compra de quatro submarinos e do início das negociações para a aquisição de 36 caças franceses Rafale, o chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, general Augusto Heleno, negou que o país esteja envolvido em uma suposta corrida armamentista na América do Sul.

– Não participamos de nenhuma corrida armamentista. O que se busca é uma expressão de poder militar compatível com a expressão estratégica do país – disse Heleno ontem na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O Brasil tem se tornado cada vez mais relevante no cenário internacional, disse o general, tanto que apenas quatro países – Rússia, Estados Unidos, China e o próprio Brasil – contam, ao mesmo tempo, com área superior a 4 milhões de quilômetros quadrados, população que ultrapassa 100 milhões de habitantes e PIB maior que US\$ 400 bilhões. Já a expressão



General Augusto Heleno e senador Flexa Ribeiro em debate na CCT

do poder militar de um país está ligada ao poder tecnológico, área na qual o Exército brasileiro ainda conta com recursos modestos. Neste ano, lembrou, serão liberados para o setor cerca de R\$ 80,2 milhões.

A prioridade do Exército tem sido para a chamada guerra cibernética, afirmou.

– Ninguém é capaz de se tornar invulnerável, mas temos que criar

uma estratégia de proteção contra a guerra cibernética – disse, citando como possíveis alvos a serem protegidos bancos, usinas elétricas e empresas de telefonia. Entre as pesquisas que poderão beneficiar a aplicação militar e o uso civil, Augusto Heleno salientou as destinadas à produção de biodiesel na Amazônia e de fibra de carbono, necessária inclusive à exploração de petróleo.

Senadores apoiam investimento em tecnologia para defesa

O país precisa investir no desenvolvimento de tecnologias próprias para a defesa do país, concordaram os senadores que participaram do debate com o general Augusto Heleno.

– O Brasil não pode ficar refém de tecnologias de outros países – disse o presidente da CCT, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) disse que o Congresso Nacional é o “lugar certo” para debater a situação das Forças Armadas e lamentou que ainda existam recursos públicos retidos pelo governo – como os R\$ 8 bilhões arrecadados pelo Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust) – que poderiam ser usados em programas como o de desenvolvimento tecnológico do Exército.

Flávio Torres (PDT-CE) elogiou a preocupação do Exército de efetuar pesquisa para aplicação militar e uso civil – a chamada pesquisa dual. Por sua vez, Marcelo Crivella (PRB-RJ) fez

um apelo pela aprovação de projeto de sua autoria que proíbe o contingenciamento de verbas destinadas a programas de pesquisa das Forças Armadas. Gerson Camata (PMDB-ES) lembrou que tecnologias amplamente utilizadas hoje em todo o mundo, como a de posicionamento global por meio do GPS, estão sob controle dos Estados Unidos.

Cristovam Buarque (PDT-DF) revelou preocupação com o nível educacional dos soldados brasileiros, já que eles precisam operar aparelhos cada vez mais sofisticados.

Romeu Tuma (PTB-SP) defendeu a vinculação das pesquisas militares com a indústria civil. Cícero Lucena (PSDB-PB) lamentou o anúncio da intenção de comprar caças franceses antes da conclusão dos estudos técnicos da Força Aérea Brasileira, enquanto Gilberto Goellner (DEM-MT) defendeu a participação do Exército na defesa das áreas de conservação ambiental do país.



Paim afirma que venda subsidiada pela China inviabiliza concorrência

Decisão da Camex beneficia setor de calçados, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) comemorou decisão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) sobre importação de calçados chineses, que terão uma alíquota adicional pelos próximos seis meses, enquanto duram as investigações para apurar prática de *dumping* por parte da China. O processo foi aberto pela Associação Brasileira de Calçados e o governo chinês, disse o senador, vinha concedendo subsídios às exportações de calçados ao Brasil, inviabilizando a concorrência com o produto nacional.

– A expectativa é que o setor responda com a recuperação de parte dos 42 mil desempregos ocorridos apenas nos três últimos meses de 2008 – afirmou Paim.



Agricultores vivem grave crise e governo não faz nada, aponta Osmar

Osmar Dias reclama apoio a pequeno produtor do Paraná

Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que agricultores de vários estados, especialmente do Paraná, estão vendendo sua produção por valores abaixo do preço mínimo e denunciou o descaso do governo na questão. Ele disse que os produtores de trigo enfrentam uma grave crise e criticou os moinhos por darem preferência à compra do trigo argentino, em detrimento do trigo nacional. A situação dos produtores de milho, lembrou, é pior ainda.

– O governo quer que os pequenos agricultores vendam suas áreas e engrossem a fila da reforma agrária? O governo precisa prestar atenção ao que está acontecendo – recomendou.

CCT organiza participação em conferência

A CCT promoverá, nos dias 1º a 3 de dezembro, painel preparatório para a Conferência Nacional de Comunicações. O painel, requerido pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), será realizado em parceria com a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

Em apoio a iniciativa do senador Gilberto Goellner (DEM-MT), a CCT decidiu também que debaterá projeto (PLS 73/07) que trata da regulamentação de pesquisa de clonagem de animais. E rejeitou projeto (PLS 211/09) do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que obriga a adoção de formato único para os teclados de terminais de autoatendimento da rede bancária. A decisão final, no entanto, caberá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Jefferson Praia • Romeu Tuma • Antônio Carlos Valadares • Serys Slhessarenko

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefe de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Conforme proposta acolhida pela Comissão de Justiça, será adiado por 90 dias o pagamento de parcelas de dívidas com a União que vençam no período

Aprovado benefício a municípios em calamidade

TODO MUNICÍPIO EM estado de calamidade pública terá direito ao adiamento, por 90 dias, do pagamento de parcelas das suas dívidas com a União que vençam durante o período de excepcionalidade. Esse benefício poderá ser prorrogado por mais 180 dias, se o órgão estadual de defesa civil mantiver o estado de calamidade pública. É o que estabelece projeto do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nos termos de substitutivo elaborado pelo

senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), relator da proposta.

O projeto (PLS 85/09) também determina a transferência definitiva, para municípios em estado de calamidade pública, de recursos federais não vinculados equivalentes, no mínimo, ao valor de uma cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Como forma de auxiliar a população afetada, a proposta prevê a automática liberação, para os moradores do município, de suas contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de

Serviço (FGTS).

Na justificativa do projeto, Colombo afirma que o estado de calamidade pública constitui-se em "verdadeira tragédia" para a vida dos municípios. "Ao se registrar tal situação, é inadmissível que o município seja submetido às mesmas regras de cidades que não sofrem com calamidades", argumenta o parlamentar.

Na avaliação do senador, é preciso instituir direitos para os municípios que se encontrem em estado de calamidade pública, "mesmo porque a celeridade

nesses casos é essencial".

Santa Catarina

Raimundo Colombo cita o caso de Santa Catarina para defender a adoção de "instrumentos de ação imediata e disparados automaticamente ao acontecimento dos fatos. Dessa forma, com certeza, cumpriremos o dever de minorar os efeitos nas pessoas que, muitas vezes, ficam somente com a roupa do corpo como seus bens".

Devido a observação feita pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a CCJ retirou

da proposta dispositivo que previa a liberação de recursos constantes da Lei Orçamentária Anual da União destinados aos municípios afetados.

– Esse inciso entra em colisão com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê contingenciamento de parte dos recursos do Orçamento – disse Valadares.

Ao acatar a sugestão, Colombo ressaltou que a burocracia prejudica as comunidades atingidas por calamidade. A matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Proibição do uso de cassetete de madeira por agente

Os agentes de segurança poderão ser proibidos de usar cassetete de madeira, bem como de portarem espadas, lanças ou arma perfurocortante congêneres. Projeto de lei com essa finalidade, de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, em decisão terminativa.

A proposta (PLS 256/05) determina o uso de cassetete de borracha, ou elétrico de baixa amperagem. O objetivo, explicou Crivella, é evitar agressões graves aos cidadãos. O senador Romeu Tuma (PTB-SP) lembrou, em seu parecer – lido por Osmar Dias (PDT-PR) –, que o uso de arma de fogo continua permitido. Ele destacou que a arma é necessária para a proteção da vida do policial em situação de risco justificado.

O projeto estabelece ainda que os policiais somente poderão utilizar os equipamentos em serviço e os órgãos de segurança deverão manter livro especial para o registro das situações em que tenham acontecido lesões corporais graves em decorrência do uso do cassetete.

Abuso

O registro, segundo a proposta, informará o motivo do incidente e deverá ser assinado por autoridade competente e juntado ao inquérito policial. A iniciativa prevê ainda que, na hipótese de o juiz ou os tribunais verificarem abuso no uso do equipamento, deverão encaminhar o processo ao Ministério Público, para apuração da responsabilidade penal.

Na justificativa do projeto, Crivella citou episódio ocorrido em 2005, diante do Congresso Nacional, quando a Polícia Militar repeliu manifestação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com o uso de cassetetes de madeiras e espadas.

Na avaliação do senador, o uso de tais equipamentos constitui ato de violência, que pode ser configurado como crime de abuso de poder e de autoridade, ante a desproporção entre o agravo e a resposta.

A proposta permite o uso de espadas ou armas congêneres em solenidades e atos festivos.



Os senadores da Comissão de Justiça aprovaram projetos como o que aproxima a Defensoria Pública da sociedade

Proposta reforça atuação da Defensoria Pública

A Defensoria Pública deve prestar orientação jurídica, promover os direitos humanos e defender, em todos os graus, os direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, dos necessitados. Essa atribuição é prevista em projeto de lei complementar da Câmara dos Deputados aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta, que altera a Lei Orgânica da Defensoria Pública, aproxima ainda mais a instituição da sociedade e amplia as funções do órgão.

De autoria do Poder Executivo, o texto (PLC 137/09 - Complementar), já aprovado pelos deputados, regulamenta a autonomia funcional, administrativa e orçamentária da Defensoria, democratiza e moderniza sua gestão, estabelece os direitos das pessoas assistidas e cria mecanismos de participação da sociedade civil na administração e na fiscalização do órgão. O projeto visa adequar a legislação à Reforma do Judiciário.

Ouvidoria

Entre outros avanços, a matéria, que foi relatada por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), prevê a criação da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública dos Estados, que será exercida por pessoa de fora dos quadros da carreira escolhida pelo Conselho Superior a partir de lista tríplice elaborada pela sociedade civil. A proposição determina ainda a nomeação do defensor público-geral a partir de lista tríplice formada pelo voto direto dos membros da carreira.

Durante a votação, Valadares acatou algumas emendas de redação. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) explicou que a supressão de duas expressões teve o objetivo de evitar que a instituição possa defender pessoas que tenham recursos para pagar advogados.

– A Defensoria Pública tem que ser advogado somente dos pobres – salientou Mercadante.

Com ele concordaram o presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), e outros senadores. A proposta vai ao Plenário.

Hotel deve reservar 50% de unidades a não fumantes

Os hotéis e demais estabelecimentos similares serão obrigados a reservar, no mínimo, metade de suas unidades para a acomodação de não fumantes. Foi o que decidiu ontem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ao rejeitar substitutivo da Câmara e ratificar o Projeto de Lei do Senado (PLS) 10/00, que prevê tal imposição.

De acordo com o texto aprovado pelos deputados, a reserva de área ficaria restrita a hotéis com mais de 80 quartos e apenas 20% dessas unidades deveriam ser destinadas aos não fumantes.

Os senadores restabeleceram ainda determinação contida na proposta original, de autoria da então senadora Luzia Toledo (ES), prevenindo a existência de ambientes separados para fumantes e não fumantes também em restaurantes, bares, lanchonetes e em salas de jogos, de repouso e de espera localizados nos hotéis e similares, em áreas de tamanho semelhante para cada grupo.

Saúde

Em seu voto pela rejeição do substitutivo da Câmara, Antônio Carlos Júnior (DEM-BA) ressaltou que a decisão dos deputados tornaria mais branda a exigência imposta pelo projeto original.

– Entendemos que o substitutivo, ao atenuar as imposições inicialmente firmadas, contraria a nova política que vem sendo adotada pela sociedade brasileira e pelas sociedades da maioria dos países, no sentido de preservar, dentro do máximo possível, a saúde das pessoas e de promover a purificação do meio ambiente.

Ao elogiar a manutenção do texto do Senado, Valter Pereira (PMDB-MS) observou que "já existe uma consciência clara em todo o país de que os efeitos deletérios do fumo precisam ser exorcizados".

Antes de ir ao Plenário, a matéria será examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

CCJ agenda debates sobre Itaipu e pré-sal

A renegociação do tratado da usina hidrelétrica de Itaipu firmado entre os governos do Brasil e do Paraguai será debatida em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O colegiado também decidiu que discutirá a constitucionalidade do marco regulatório do pré-sal, proposto pelo Poder Executivo por meio de quatro projetos enviados ao Congresso Nacional. As datas das audiências ainda serão definidas pelo presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO).

Por iniciativa de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a CCJ vai debater as condições nas quais o governo brasileiro renegociou com o Paraguai o acordo de Itaipu. O parlamentar sugeriu que participem da audiência pública os ministros de Minas e Energia, Edison Lobão, e das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Apesar de o governo brasileiro afirmar que as alterações contratuais em Itaipu não causarão prejuízos aos consumidores brasileiros e ao interesse nacional, Flexa Ribeiro considera que o Senado deve ser esclarecido sobre os detalhes e os efeitos da renegociação dos contratos da hidrelétrica.

Já o debate sobre a constitucionalidade do marco regulatório do pré-sal foi solicitado pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ). Para discutir o assunto, ele sugeriu que sejam convidados o jurista Gastão Alves Toledo e o advogado especialista na legislação do setor Luiz Antônio Lemos.

Por meio de requerimento do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) também aprovado, a comissão decidiu ampliar o debate sobre o marco regulatório do pré-sal com a participação do advogado e ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) Luiz Leonardo Cantidiano; o professor de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Alexandre Aragão; o especialista em Direito Econômico e professor da USP Modesto Carvalhosa; e o especialista em Direito Administrativo, professor da USP e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Floriano Marques Neto.

No Congresso, senadores destacam a necessidade da busca de tecnologias que permitam aliar a utilização dos recursos da floresta por seus habitantes à redução do desmatamento

Desafio: como desenvolver a Amazônia sem devastar?

O DIA DA Amazônia, celebrado no último dia 5, foi comemorado ontem pelo Congresso, em sessão solene. A homenagem foi requerida por Jefferson Praia (PDT-AM) e pelo deputado Silas Câmara (PSC-AM). Na ocasião, todos os palestrantes ressaltaram a importância de se reduzir o desmatamento florestal, mas também de se estimular o desenvolvimento sustentável da região. Também foi lembrado que o Brasil participará da 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 15), a ser realizada em dezembro, em Copenhague (Dinamarca), e que está em curso a elaboração de um documento para levar a posição brasileira ao encontro.

Marina Silva (PV-AC) afirmou que os brasileiros, em vez de dizerem que o país tem o direito

de destruir a floresta como os desenvolvidos fizeram no passado, devem pedir transferência de tecnologia para evitar que o erro se repita.

Serys Shlessarenko (PT-MT) e Valdir Raupp (PMDB-RO) comemoraram a redução dos índices de desmatamento aferida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A previsão para 2009 é que a área desmatada seja a menor verificada nos últimos 20 anos, destacaram.

Já Jefferson Praia afirmou que o olhar de preservação e conservação que toda a sociedade tem a respeito da floresta também precisa ser direcionado aos 25 milhões de humanos que habitam a região. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que os índios e os habitantes da região não querem “viver com esmola de bolsa floresta”, e sim viver

numa região pensada pelos habitantes, e não por estrangeiros ou por quem vive longe do local. Arthur Virgílio (PSDB-AM) lembrou que a floresta já perdeu mais de 15% da cobertura original e defendeu o modelo colocado em prática com o Polo Industrial de Manaus. E Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu a união de todos os estados da região e das bancadas no Parlamento.

Participaram ainda da sessão os senadores Renato Casagrande (PSB-ES), Augusto Botelho (PT-RR), César Borges (PP-BA), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Marcelo Crivella (PRB-RJ), a reitora da Universidade Estadual do Amazonas, Marilene Correa, Álvaro Tucano, representante da Fundação Nacional do Índio (Funai), deputados federais e os embaixadores da Suécia e de Portugal.



À mesa: Álvaro Tucano, Jefferson Praia e Silas Câmara, em sessão solene do Congresso em homenagem ao Dia da Amazônia

Senadores pedem investimentos na região

Cabe ao Parlamento a responsabilidade de lutar pelo desenvolvimento da Amazônia e pela preservação do ecossistema, combatendo a biopirataria e o contrabando de madeira e minerais, disse Serys Shlessarenko na abertura da sessão solene. Além de fonte de matérias-primas da flora e da fauna e de recursos minerais, a região é berço de muitas comunidades indígenas, completou a senadora.

Jefferson Praia disse que a região precisa de investimentos em infraestrutura social e educacional, para melhorar a qualidade de vida dos habitantes da Amazônia. Isso será possível, segundo ele, por meio do zoneamento econômico e ecológico adequado, gerando projetos que possam ser aprovados e financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

e Social (BNDES).

Marina Silva lembrou que a região detém 9% da água doce do mundo e lastimou que já tenha 17% de seu território desmatado. “Há espaço para atividades produtivas e, com tecnologia adequada, não precisamos repetir o desastre da Mata Atlântica, onde somente restam 7% da floresta nativa. É preciso criar alternativas para um modelo sustentado, com manejo florestal e integração entre lavoura, pecuária e floresta”, afirmou. A senadora advertiu que o modelo tem altos custos, por isso demanda incentivos fiscais e creditícios.

Valdir Raupp disse que a regulação fundiária, aliada à exploração da madeira com plano de manejo sustentado, poderá resultar no “desmatamento zero”, mas será indispensável

preservar os projetos sedimentados e as áreas produtivas já em operação.

Arthur Virgílio reivindicou o aumento dos contingentes armados nas regiões de fronteira, para proteção da população e das riquezas da Amazônia da cobiça internacional que “cresce a cada dia”. Flexa Ribeiro lamentou a existência de doenças endêmicas, já excluídas do mundo civilizado, mas que persistem na Amazônia, como a malária.

Cristovam Buarque pediu que as riquezas da Amazônia estejam a serviço de seus habitantes, adotando fórmulas de levar benefícios sem destruir o patrimônio florestal.

Para Marcelo Crivella, o brasileiro precisa conhecer melhor a Amazônia e suas riquezas, levando em consideração a geopolítica atual.



Alexandre Giroux Cavalcanti, Carlos Augusto de Melo Ferraz e Paulo Paim

Mozarildo e Augusto esperam melhora no atendimento a índios

O Acórdão do Tribunal de Contas da União 402/09 representa um alento para a melhoria do atendimento à saúde da população indígena por parte do Estado brasileiro. A avaliação é dos senadores de Roraima Mozarildo Cavalcanti (PTB) e Augusto Botelho (PT), após ouvir explicações, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), do secretário de Controle Externo de Mato Grosso junto ao TCU, Carlos Augusto de Melo Ferraz.

O tribunal realizou, a pedido do Congresso, auditoria em 11 distritos sanitários especiais indígenas – universo que corresponde a 50% da população indígena aldeada – no período de junho de 2008 a janeiro de 2009. O acórdão que resultou desse trabalho estabelece uma série de recomendações à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), órgão do Ministério da Saúde responsável pela execução das ações.

Entre as determinações do TCU à Funasa, está a distribuição equânime dos recursos entre os distritos sanitários especiais indígenas. De acordo com Carlos Augusto, a Funasa não demonstrou a utilização clara dos recursos nem a adequação nessa distribuição.

Intermediários

Outra determinação do TCU, segundo Carlos Augusto, é que o serviço de saúde da população indígena seja prestado de forma direta pelos distritos sanitários, como já estabelece a legislação. Segundo constatou a auditoria do órgão, há muitos intermediários nesse processo, que atualmente se inicia com o repasse de recursos da Funasa para as prefeituras, que, por sua vez, contratam organizações não governamentais (ONGs), que contratam agentes de saúde para trabalhar nos 34 distritos.

Para os parlamentares que participaram da audiência na CAS, o principal problema na estrutura atual de atendimento

à saúde da população indígena está na atuação das ONGs como intermediárias do processo. Segundo os parlamentares, são os integrantes desses organismos que estão se beneficiando dos recursos repassados pelo governo federal – cerca de R\$ 400 milhões por ano – e não os índios.

Exército

Os senadores disseram concordar também com a recomendação do TCU de ampliação da atuação das unidades do Exército no atendimento à saúde da população indígena, já que há unidades militares próximas às aldeias.

Além disso, o tribunal determinou que a terceirização na contratação de mão de obra ocorra até a realização de concursos públicos.

A auditoria do TCU constatou também problemas com relação ao controle das contas, pois, segundo explicou Carlos Augusto, os conselheiros contratados pelas ONGs julgam as contas das próprias organizações.

Na avaliação final de Carlos Augusto, a auditoria demonstra que o principal problema está na estrutura atual de prestação do serviço de saúde aos índios.

– O subsistema existe como norma, mas não como realidade. Enquanto a Funasa não dispuser de estrutura adequada para prestar o serviço, com funcionários contratados por concurso ou por um processo simplificado, isso não se resolverá – afirmou ele.

Para o secretário de controle de TCU, outro problema sério a ser resolvido é a interferência política na gestão da Funasa. Em razão disso, ele cobrou do Congresso a votação de uma lei de provimentos de cargos em comissão para órgãos públicos.

Segundo denúncias relatadas por Mozarildo, dirigentes da Funasa foram presos em seu estado pela Polícia Federal acusados de desvios de recursos.

Adelmir Santana propõe redução de burocracia



Adelmir Santana

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) apresentou ontem projeto de lei que busca reduzir a burocracia para abrir ou fechar uma empresa. A ideia é consolidar a legislação federal sobre o assunto e tirar o Brasil da lista de países em que mais se gasta tempo nesse processo – cerca de 150 dias.

– Precisamos atropelar a burocracia. O Estado não deve ser um empecilho ao empreendedorismo – afirmou.

O projeto abrange temas como o funcionamento das juntas comerciais, a publicidade dos registros empresariais, as centrais de atendimento aos empreendedores e a comprovação de quitação tributária.

Mão Santa condena gastos da Presidência



Mão Santa

Os gastos realizados pela Presidência da República foram criticados ontem pelo senador Mão Santa (PMDB-PI). Apenas com pagamento de pessoal, foram R\$ 952 milhões entre julho de 2008 e julho de 2009, disse.

– Está errado, presidente! Está errado! Por isso está faltando para os prefeitinhos o dinheiro do Fundo de Participação dos Municípios [FPM] – declarou, destacando que participou de manifestação de protesto de prefeitos do Piauí contra a redução no repasse de verbas do FPM. O senador Efraim Morais (DEM-PB), em apoio, disse que mais de 80% das prefeituras dependem exclusivamente do FPM.